



Fundado no Sesquicentenário
da Batalha do Seival

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO
GRANDE DO SUL

23 anos do IHTRGS

Ano 2009

Nº 77

ESTRATÉGIA DE DEFESA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.



O Brasil herdou o imenso e riquíssimo território da nossa Amazônia graças à visão penetrante do estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a se tornar Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal.

O Marquês de Pombal foi nomeado Primeiro-Ministro do Rei Dom José I por decreto de 5 de agosto de 1750 e nessa situação permaneceu até a morte do Rei, em 23 de fevereiro de 1776. Durante 26 anos o Primeiro-Ministro foi o gênio que executou a obra governativa do Rei Dom José I, uma das mais profícuas de Portugal.

Segundo o historiador lusitano Joaquim Ferreira **“os portugueses têm razões sobejas para venerar em Pombal o maior governante da pátria”**. Nós, brasileiros, também temos razões sobejas para considerar o Marquês de Pombal responsável pela anexação definitiva ao Brasil do território da Amazônia, com superfície superior à soma dos territórios da Índia e do Paquistão.

Quando tomou posse como Primeiro-Ministro do Reino, decorriam sete meses da assinatura do “Tratado de Madri” que, pela primeira vez, desde o “Tratado de Tordesilhas”, firmado em 1494, procurou definir os limites entre as possessões de Portugal e Espanha na América do Sul.



Diga-se de passagem, por pertinente, que o novo Tratado foi viabilizado pelo princípio do “*Uti Possidetis Facto*”, proposto pelo Secretário de Dom João V, o paulista Alexandre de Gusmão, que no ano anterior, isto é em 1749, mandara confeccionar o “Mapa das Cortes”, no qual apareciam as terras efetivamente ocupadas pelos portugueses na América do Sul.

O Tratado acabou sendo firmado, porque os espanhóis admitiram que haviam avançado ilegalmente sobre o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico. Então, a linha original de Tordesilhas foi deslocada para oeste, na América do Sul, de modo a legitimar as terras desbravadas pelos portugueses, e para leste no Pacífico, para submeter as Filipinas ao domínio do Rei da Espanha.

Em resumo, a Amazônia brasileira foi trocada pelas Filipinas!

Como aparece na figura acima, o mapa da Amazônia ainda estava incompleto, pois faltava acrescentar o Acre, cujo contorno ainda se achava indefinido, pelo fato de não ter sido determinada a posição correta das nascentes do rio Javari, ponto de onde seria traçada uma linha leste-oeste até a origem do rio Madeira, na confluência do Mamoré com o Beni. O Acre, vale lembrar, só foi incorporado oficialmente ao território brasileiro pelo “Tratado de Petrópolis”, firmado com a Bolívia em 17 de novembro de 1903, após a vitória pelas armas de aguerridos brasileiros sob o comando firme do gaúcho José Plácido de Castro.

A dimensão e a natureza da Amazônia chamaram, de imediato, a atenção do Marquês de Pombal. Para começar, nomeou o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, oficial de Marinha, para o cargo de Governador do Grão-Pará e Maranhão, com a missão de assegurar, de todas as maneiras, a integridade das terras da Amazônia transferidas para o domínio de Portugal.

Mendonça Furtado criou, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, elegendo como sua primeira capital a localidade de Mariuá, hoje Barcelos, para estimular o povoamento da bacia do rio Negro e contribuir para eliminar a penetração espanhola pelas aquavias daquela região. Na impossibilidade de ocupar fisicamente a imensa região, Pombal delineou a estratégia portuguesa para manter a Amazônia sob domínio português: **“tamponamento das vias de acesso do exterior para o interior da região e vivificação dos pontos fronteiriços confrontantes com pontos vivificados do outro lado da fronteira”**. Em 6 de junho de 1755, Pombal decretou a emancipação completa dos índios que habitavam a Amazônia, conquistando assim o apoio dos silvícolas à causa portuguesa. No dia seguinte, em 7 de junho de 1755, foi criada a “Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, sociedade cujo capital foi subscrito pelos empresários da praça de Lisboa, com o propósito de alijar os intermediários no comércio com a região, sobretudo os ingleses.

A estratégia pombalina tem prevalecido até hoje, embora posta em prática inconscientemente.

O Exército Brasileiro, ultimamente, vem se empenhando em consolidá-la por intermédio de um projeto denominado “Calha Norte”, que consiste basicamente no aumento dos efetivos das unidades dispostas ao longo da fronteira ao norte do rio Amazonas, além da criação de novos grupamentos militares na mesma região lindeira. Esta medida, embora contribua para a proteção da fronteira, não é de todo eficiente no que tange ao tamponamento, pois o espaço amazônico não é propriamente continental, eis que se assemelha a um imenso arquipélago, tal a quantia de rios e igarapés que cortam o terreno.

A Força Aérea Brasileira acaba de tamponar, com eficiência, o espaço aéreo da região, mediante a instalação de uma rede de radares e o estacionamento de aeronaves de combate nas bases existentes, com o que o contrabando e o descaminho de materiais de valor decresceram sobremaneira.

Com essa inovação, todos os bens normalmente transportados pelas aeronaves piratas foram desviados para as hidrovias, cujo patrulhamento é ainda frágil.

A fragilidade do tamponamento das hidrovias pode ser ilustrada com três exemplos lapidares.

O primeiro exemplo relaciona-se com o descaminho de madeiras, em toras e serradas, antes da implantação da Agência da Capitania dos Portos em Munguba (o porto de Monte Dourado).

O Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas – GEBAM, demonstrou para as autoridades governamentais, inclusive para o próprio Presidente da República, que a empresa “Jarí Florestal e Agropecuária” havia descaminhado, por longo tempo, madeiras em toras e beneficiadas, cujo valor, a preços de 1982, ultrapassava a casa de US\$1,2 bilhão.

Respaldavam essa revelação o cotejo entre o inventário florestal, levantado alguns anos antes pelo “RADAMBRASIL”, o volume de madeiras contido na área desmatada; a capacidade das três serrarias logo instaladas na área; o depoimento dos práticos do rio Jarí e a frequência de atracação desses navios no porto de Munguba. Todo esse volume de madeiras transportado ilegalmente cruzou a foz do Amazonas, pelo chamado “Braço Norte”, na verdade a foz do grande rio, sem que fosse detectado.

Em época mais recente, setembro de 2001, o navio “Artic Sunrise”, de bandeira inglesa e pertencente à organização não-governamental estrangeira **“Greenpeace”**, penetrou no rio Amazonas para executar a demarcação das terras reservadas para os 361 nativos da tribo “Deni”, estabelecidos

entre os rios Xeruã, afluente do Juruá, e o rio Cuniuá, da bacia do Purus. Aplicando os mesmos critérios “metafísicos” usados para a concessão de reservas para os silvícolas, os “Deni” foram aquinhoados com uma área de 998.400 hectares.

Pois bem, o “Artic Sunrise” suspendeu do porto de Manaus, no dia 20 de setembro de 2001, demandando a área concedida aos “Deni”, levando a bordo o cacique Haku Varashadeni, da tribo em questão, dirigentes da “Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB”, representantes do “Conselho Indigenista Missionário – CIMI” e da “Operação Amazônia Nativa – OPAN, todos reunidos para proceder à demarcação da reserva,” já que o Governo brasileiro não havia cumprido o compromisso constitucional de demarcar todas as terras indígenas até 1993” (sic).

Os dois exemplos alinhados demonstram a necessidade de instalação de uma Estação Naval nas proximidades de Macapá, dotada com Navios-Patrolha e com instalação fixa de radares de superfície, para tamponar a foz do Amazonas e apresiar navios envolvidos em operações ilegais ou antinacionais.

O terceiro exemplo refere-se ao início do curso do rio Solimões, nas proximidades da tríplice fronteira “Brasil-Peru-Colômbia”.

No período noturno do dia 4 de julho de 1949, o gaiola “Ajudante”, pertencente à frota do “Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará – SNAAP”, navegava próximo à margem esquerda do Solimões, no trecho entre São Paulo de Olivença e Benjamim Constant, transportando 120 passageiros. Surpreendentemente, uma canhoneira da Marinha da Colômbia, bem dotada de armamento (dois canhões de 195 mm., dois canhões de 40 mm., da fábrica Bofors, e dez metralhadoras de 20 mm., da fábrica Oerlikon), aproximou-se do “Ajudante” e abriu fogo até afundá-lo. Como resultado do ataque morreram 112 brasileiros.

Posteriormente, a diplomacia colombiana apresentou as suas desculpas, alegando que o “Ajudante” fora confundido com um navio peruano, eis que os dois países vizinhos haviam retomado as hostilidades em torno do território onde se situava a cidade de Letícia. A canhoneira colombiana, sem qualquer aviso às autoridades brasileiras, demandava o rio Içá, procedente de Letícia.

A facilidade de penetração na Amazônia brasileira por embarcações procedentes do território colombiano, mediante a utilização da aquavia Içá-Putumayo, ainda persiste. Com a atual dificuldade de uso do espaço aéreo para atividades ilícitas, o contrabando de armas e de tóxicos transferiu-se para o transporte hidroviário, tendo como principal via o rio Içá.

Então, como a simples presença de tropa terrestre, na divisa Brasil-Colômbia, não propicia a detecção da penetração de embarcações, mormente no período noturno, cabe à Marinha o tamponamento do rio Içá, de preferência com a implantação de uma Estação Naval em Santo Antônio do Içá, povoação localizada na margem esquerda do rio, bem na confluência com o Solimões. Além da presença de Navios-Patrolha, a nova Estação Naval deveria contar com a instalação de radares de superfície fixos e a presença de tropa de Fuzileiros Navais, pronta para executar operações ribeirinhas.

Ressalte-se que a localização da Estação Naval proposta, estrategicamente distante da fronteira, além de garantir o tamponamento efetivo do rio Içá, ainda executaria a mesma tarefa no rio Solimões.

O reforço da presença de Fuzileiros Navais na Estação Naval, ademais, tornaria a atuação desse segmento de projeção do Poder Naval mais sintonizada com a conjuntura.

Obviamente, a idéia de criação de duas novas “Estações Navais” na Amazônia, inclui necessariamente o aumento do número de navios patrulha fluviais e costeiros, em operação na região, além de unidades para a condução de operações ribeirinhas.

Adotadas as providências propostas, ainda se faz necessário barrar três caminhos de penetração existentes na margem direita do Amazonas, como são os rios Madeira, Purus e Juruá. Nos três casos, seria suficiente equipar as Organizações Militares da Diretoria de Portos e Costas, isto é a rede de Capitancias, Delegacias e Agências, com lanchas-patrolha armadas e instalações fixas de radares de superfície, em Porto Velho, Rio Branco e Eirunepé.

Ademais, como a “Estratégia de Defesa Nacional”, recentemente divulgada, preconiza a presença de Forças Navais oceânicas no norte do País, para se contrapor às ameaças oriundas da região de onde sopram os ventos boreais, parece óbvia a escolha da Baía de São Marcos, no Maranhão, como

sede da Base Naval que dará apoio à “Esquadra do Norte”. Tal escolha não admite outra alternativa devido às águas profundas e protegidas da citada baía, que permitirão o estacionamento seguro de navios de maior calado, inclusive aqueles dotados de domos de sonares com dimensões avantajadas. Esta “Esquadra do Norte” também deverá contribuir, com grande eficiência, para o tamponamento avançado da foz do Amazonas.

Para concluir, deve ser enfatizado que a continuidade de aplicação da estratégia delineada pelo Marquês de Pombal, mais do que nunca, é vital para o exercício da soberania e manutenção da integridade territorial da Amazônia brasileira.

Roberto Gama e Silva, Almirante Reformado, Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2009.

Quinto Fábio e Aníbal – Roma e Cartago – Guerrilha e poderio – Poder mundial

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

Quintus Fabius Maximus (Roma, 275 - Roma, 203 a.C.), foi um político e militar romano, descendente de uma ancestral família de patrícios romanos. Foi nomeado cônsul em cinco ocasiões entre 233 a 208 a.C. e ditador em outras duas entre 221 e 217 a.C. Foi também censor (1) em 230 a.C.

A sua alcunha **Cunctator** significa “o que adia” em latim, e faz referência às suas táticas de guerrilha (sempre postergando o combate aberto) utilizadas durante a Segunda Guerra Púnica (2) (218/201 a.C.) para deter Aníbal, comandante das tropas cartaginesas.

Em 218 a.C. fez parte de uma embaixada enviada a Cartago, realizada para lembrar aos cartagineses o Acordo de Ebro, negado por estes. Foi então Quinto quem declarou a guerra formalmente, depois da captura de Sagunto (Península Ibérica - 219 a.C.) por parte de Aníbal. O senado romano nomeou-o ditador em junho de 217 a.C., após o desastre do Lago Trasímene (Úmbria - 217 a.C.), batalha na qual foi derrotado o Cônsul Caio Flamínio.

Com a chegada da notícia dessa batalha, o terror espalhou-se em Roma. Fábio Máximo, eleito ditador, pôs a cidade em estado de defesa e reuniu às pressas um novo contingente com o intuito de conservar ao menos a capital.

Aníbal conseguiu atrair os cônsules Terêncio Varrão e Paulo Emílio a uma batalha em Cannas (Apúlia - 216 a.C.), em campo aberto, como era bem do seu gosto, pois sempre vencida nesse tipo de combate. Aníbal dispôs seus africanos, gauleses e íberos em ordem de batalha, armados de longas espadas e afiados alfanjes (cimitarras). De ambos os lados os guerreiros combateram heroicamente, mas Aníbal, apesar da inferioridade numérica de seu exército, saiu vencedor. Roma sofreu aí a pior derrota da história da República e viu cair sob os golpes dos cartagineses a elite de sua força combatente.

Quinto Fábio era ciente da superioridade militar cartaginesa. Quando Aníbal invadiu a Itália recusou enfrentar o mesmo em batalha campal e manteve as suas tropas próximas ao exército cartaginês fustigando-o constantemente numa guerra de desgaste, mantendo tropas em seu encalço e limitando seus movimentos. Tal estratégia, conhecida como **Estratégia Fabiana**, não agradou aos romanos e seus aliados, que queriam a expulsão dos cartagineses de seu território. O povo romano não ficou impressionado com esta estratégia defensiva, dando ao ditador o apelido de *cunctator* (o que adia). Por esse motivo, o mandato de Fábio Máximo não foi renovado.

Quando Quinto finalizou a sua ditadura, devolveu a autoridade aos cônsules Cneu Servílio Gêmino e Marco Atilio Régulo. No ano seguinte (216 a.C.) foram eleitos Lúcio Emílio Paulo e Caio Terêncio Varrão. Após estes dois cônsules serem derrotados por Aníbal em Cannas, no mesmo ano o senado advertiu sobre a inteligência das *táticas fabianas* e o apelido *Cunctator* converteu-se num título honorífico. O sucesso militar de Fábio foi pequeno, à parte a reconquista de Tarento em 209 a.C.

Com a continuidade da guerra Cunctator, cônsul em outras duas ocasiões, opunha-se ao novo e ambicioso Cipião - o Africano, que queria levar a guerra púnica até a África. Com o tempo, Máximo converteu-se numa figura legendária, modelo de romano valente e tenaz. De acordo com os romanos **“unus homo nobis cunctando restituit rem”**, ou seja: “um homem restituiu o nosso estado adiando”.

Roma, em seu ímpeto conquistador a partir de 338 a.C., havia conquistado os territórios púnicos situados nas ilhas da Sicília, Córsega e Sardenha, e assim comprara uma inimiga (Cartago) que nutria desejo de vingança, ocasionando a Primeira Guerra Púnica. Em Cartago, na oposição a Roma, achava-se a dinastia dos Barca, cujo chefe, Amílcar, distinguira-se por sua coragem e determinação ao longo das campanhas militares na Península Ibérica.



O emprego de elefantes foi uma peça fundamental da estratégia cartaginesa

general, quando tinha apenas vinte e um anos. Aníbal revelou-se um excelente estrategista, demonstrou logo seu gênio improvisador nos combates e realizou verdadeiras proezas. Rompendo a trégua temporária que havia entre Cartago e Roma, atacou várias cidades pertencentes a esta na Hispânia, saindo sempre vencedor. Em 218 decidiu pôr em prática o sonho temerário de tomar Roma e destruir por completo sua primazia. Os romanos conheciam as intenções do jovem general e o esperavam no mar com uma numerosa frota. Entretanto Aníbal, temendo ser derrotado numa batalha naval onde a superioridade de seus inimigos era patente, preferiu levar suas tropas por terra através da Hispânia e da Gália. Reuniu um exército de 100 mil guerreiros com 37 elefantes, transpôs o Ródano, os Pirineus e os Alpes, estes últimos cobertos de neve e cheios de perigos e obstáculos. Grande parte dos soldados pereceu ao longo da viagem, mas o general não se intimidou. Recrutou gauleses para reparar as perdas sofridas. Seu avanço militar pela Itália foi marcado por uma série de êxitos extraordinários. Chegando a Ticino, venceu o cônsul Cornélio Cipião e pouco mais tarde, em Trébia, infringiu uma vergonhosa derrota à legião comandada por Semprônio. No ano seguinte: vitória às margens do lago Trasímene.

Aníbal em Cápua

Após a batalha de Cannas, aliados de Roma, julgando-a perdida, decidiram unir-se a Cartago. A queda da capital parecia uma consequência natural do avanço cartaginês. Entretanto, deu-se o inesperado: ao invés de lançar-se sobre a cidade no momento em que ela se achava indefesa e sem coordenação militar, Aníbal preferiu retirar-se para Cápua para passar o inverno e conceder um descanso às suas tropas. Sem dar ouvidos às sugestões de seus oficiais, de logo invadir Roma, e aos acertados avisos de seu lugar-tenente Maarbal que lhe dizia: *"Tu sabes vencer, Aníbal, mas não aproveitar da vitória"*, ele deixou-se ficar em Cápua, gozando de uma vida ociosa e devassa.

Seus soldados, que estavam no auge do furor bélico, ficaram de repente sem motivação por verem o próprio chefe abandonar seus objetivos para dedicar-se ao descanso, e entregaram-se aos prazeres de uma vida fácil, a ponto de, entre os romanos, dizer-se que eles *"tendo entrado homens, saíram transformados em mulheres"*.

Aníbal cometera um erro irreparável. Ao facilitar o repouso e o relaxamento de seus valentes, concedendo-lhes tudo quanto quisessem, julgava que eles teriam um redobrado vigor para se jogarem de novo sobre o adversário. Entretanto, o resultado foi precisamente o contrário: de tanto descansar no meio dos prazeres, eles amoleceram e perderam o desejo de vencer. A inação dos cartagineses em Cápua deu aos romanos a oportunidade de reagrupar suas forças e iniciar uma hábil contra-ofensiva, **hostilizando a retaguarda africana e cortando-lhe o abastecimento**. Aníbal jamais chegaria a entrar em Roma.

As guerras púnicas foram três: a primeira, de 264 a 241 a.C.; a segunda, de 218 a 201 a.C.; e a terceira, de 149 a 146 a.C. Esta última varreu Cartago do mapa político da Antiguidade, conforme o discurso de Marcus Porcius Cato (Catão: 234 - 149 a.C.) perante o senado romano, quando disse: **Delenda est Carthago**.

Como ficou claro na História, Cartago não sobreviveu à luta com Roma. Ao final, Roma havia conquistado a Sicília, a Sardenha, a Córsega, a Hispânia e o norte da África. Roma reestruturou-se para administrar esses territórios. Uma das inovações foi justamente no Exército, que se tornou profissionalizado, inclusive na importante questão da Logística. Com a vitória sobre Cartago, por óbvio, Roma tornou-se muito mais poderosa do que até então.

Já nas Idades Moderna e Contemporânea, Napoleão, Hitler e Mussolini, conforme Renata Senna Garrafi em **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pág. 74: “*construíram imagens particulares de Roma para seus propósitos políticos. Em cada momento histórico Roma foi revisitada e suas guerras reinterpretadas de acordo com os interesses políticos vigentes*”.

Conforme o advogado Pedro M. R. Chaves Neto (Jornal Inconfidência, BH/MG, nº 140, pág. 22) os exércitos modernos necessitam hoje, mais do que nunca, da colaboração de patriotas civis para adquirir conhecimentos a respeito de uma nova e violentíssima forma de guerra. É óbvio que a economia sempre foi causa de guerras e um dos fatores decisivos para se obter a vitória militar. No entanto, era possível vencer o inimigo militarmente mas arruinar as finanças do país do exército vitorioso. A guerra econômica moderna torna possível uma derrota aniquiladora de um exército e do país que ele representa sem disparo de um tiro sequer. No tabuleiro do jogo de xadrez do poder mundial, vence o contendor que consegue aniquilar o seu adversário com o menor custo material e psicológico possível.

Em homenagem ao general Quinto Fábio Máximo fundou-se em Londres a Sociedade Fabiana, cujo objetivo é manter a hegemonia inglesa sobre o mundo, utilizando a tática do **desgaste contínuo** (grifo meu). Como uma Hydra, possui várias cabeças, sendo as mais terríveis, o CFR – Council of Foreign Relations, o Diálogo Interamericano e a Comissão Trilateral. O objetivo do monstro é destruir as soberanias nacionais para o estabelecimento do Governo Global Único, sob controle da Oligarquia Financeira Internacional, usando o nome eufemístico de Nova Ordem Mundial. Para tanto é necessário **destruir os exércitos nacionais. A melhor forma de ataque é levá-los à inanição. Corte de orçamento, de prestígio e de autonomia** (grifo meu). Vae Victis! (3).

Legendas:

- (1) Magistrado que velava pelos bons costumes e pela conservadora defesa das tradições romanas;
- (2) Palavra derivada da expressão latina *punicus*, que significa “os habitantes de Cartago que falavam o idioma púnico”;
- (3) Ai dos vencidos!

(*) Editor, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS – lecaminha@gmail.com

Informações:

- a) Acesse os sites da AHIMTB: www.ahimtb.org e do IHTRGS: www.ihtrgs.org e tenha acesso a outros temas históricos e da atualidade;
- b) Próxima reunião da AHIMTB/IHTRGS no Salão Brasil do CMPA: em setembro, com data ainda a ser marcada;
- c) Trabalhos em andamento: História da 1ª BdaCMec; História da AD/3; História da 5ª RM/DE; A vida de Caxias dia a dia; Sampaio – o Patrono da Infantaria Brasileira; A Real Feitoria do Linho-Cânhamo do Rincão do Canguçu.

Porto Alegre, 17 de julho de 2009